

TALES FARIA

Jornalista e comentarista de política

Credibilidade é desafio para a equipe de Flávio

A equipe de campanha de Flávio Bolsonaro (PL), se dobrou ao “tudo ou nada” da reta final da eleição, mas está preocupada em evitar que a perda de credibilidade acabe tirando votos do candidato a presidente da República.

As idas e vindas das declarações do candidato tiveram a concordância de sua equipe. Até foram incentivadas como única possibilidade em algumas situações, mas, segundo pesquisas internas, não convenceram a uma parcela de seus possíveis eleitores.

Por exemplo: o candidato teve que sinalizar em conversas reservadas com empresários de São Paulo, com quem se encontrou nesta quarta-feira, 14, que seu eventual governo poderá rediscutir o projeto de livre negociação da escala de trabalho entre patrões e empregados.

Ele vinha defendendo outro texto, apresentado ao Congresso pelo seu coordenador de campanha, o senador Rogério Marinho (RN), mas foi derrotado com a aprovação da Proposta de Emenda Constitucional (PEC) que aprovou a derrubada da escala 6x1 com a adoção da chamada escala 5x2 – cinco dias de trabalho semanais por dois de folga.

O candidato do PL chegou a se manifestar publicamente contra a 5x2 e a favor da flexibilização proposta por Marinho, mas acabou anunciando que votaria a favor do projeto do governo. Seu adversário na campanha, o

presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), que é candidato à reeleição, o havia desafiado a “mostrar a cara” aos eleitores votando “contra o povo” na noite desta quarta-feira.

Lula sabia que Flávio entraria em choque com a maioria do eleitorado, que defende a derrubada da 6x1, se votasse contra a proposta. Por isso ele mudou o voto. Mas o líder do PL na Câmara, Sóstenes Cavalcanti (RJ), deixou claro em entrevista à imprensa que, se vitorioso nas urnas, o governo Bolsonaro irá retomar a flexibilização.

A credibilidade do candidato já vinha ameaçada pelo escândalo envolvendo o ex-dono do Banco Master, Daniel Vercaro. Antes de o ex-banqueiro ser preso, em março, Flávio dizia que os dois não tinham qualquer envolvimento. Em maio, foram reveladas mensagens entre o senador e Daniel Vercaro. De início, o candidato negou que elas existiam. Depois, admitiu que conversou com o ex-banqueiro, mas negou qualquer irregularidade e insistiu que prestaria contas do dinheiro que pediu e recebeu de Vercaro, mas acabou afirmando que não cabia a ele prestar contas.

Isso sem contar o caso do debate com Lula a ser transmitido pela Band no próximo domingo, 18. Na terça-feira, 13, enquanto o presidente Lula anunciava que estaria presente, Flávio Bolsonaro afirmou que não iria. No dia seguinte, diante da insistência da emissora em manter o programa, ele se saiu com uma explicação quase infantil:

“Lula, como você é previsível, né? Bastou eu falar que não ia no debate da Band para você, no minuto seguinte, falar que vai no debate. É claro que eu vou no debate, eu só queria que você confirmasse.”

FERNANDO MOLICA

Jornalista e diretor-geral da revista Viver Brasil

O risco das 48 horas

Decisões e atitudes do presidente do Tribunal Superior Eleitoral, Kassio Nunes Marques, levantam preocupações em relação às 48 horas anteriores à eleição e ao próprio dia do pleito: é nesse período que eleitores costumam receber avalanches de fake news capazes de influenciar o voto e que exigem medidas repressivas imediatas. Casos de urgência registrados no dia da eleição presidencial são levadas diretamente ao presidente da corte.

Além de notícias fraudulentas, há também ilegalidades ainda mais incisivas: foi no dia do segundo turno de 2022 que, por determinação do diretor-geral da Polícia Rodoviária Federal, Silvinei Vasques, houve uma série de operações em rodovias para impedir a chegada de eleitores às urnas — isso ocorreu principalmente no Nordeste, onde se concentra boa parte do eleitorado petista.

Ao saber do que ocorria, o então presidente do TSE, Alexandre de Moraes, convocou Vasques ao seu gabinete e ameaçou prendê-lo caso os bloqueiros não fossem encerrados em 20 minutos. “O Kassio faria o mesmo?”, questiona um parlamentar petista, que cita as recentes decisões do ministro favoráveis à campanha de Flávio Bolsonaro (PL). Em 2025, Vasques seria condenado por golpismo e preso no Paraguai, durante tentativa de fuga.

Em 2024, na noite de sexta-feira, 4 de outubro, menos de 48 horas antes do início da votação do primeiro turno, o candidato do

PRTB à Prefeitura de São Paulo, Pablo Marçal, publicou um laudo médico falso sobre o adversário Guilherme Boulos (Psol). Acionado, o Tribunal Regional Eleitoral, que atua em eleições municipais, mandou retirar o post horas depois.

No dia da eleição do segundo turno, o governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas (Republicanos), afirmou, em entrevista concedida pouco antes do meio-dia, que, um trabalho do setor de inteligência revelara que o PCC recomendara voto em Boulos. Tarcísio apoiava o prefeito Ricardo Nunes (MDB), que seria reeleito.

Na última semana, Marques acumulou decisões favoráveis a Flávio Bolsonaro: impediu a circulação de um jornal do Sindicato dos Petroleiros de São Paulo e, por três vezes, mandou retirar do ar um canal de Whatsapp, Exército de Lula, que divulgava informações e instruía aliados do presidente que tenta a reeleição.

Mesmo depois de o comando petista atender determinações do presidente do TSE, este mandou que o veículo ficasse 48 horas inativo: semelhante ao lulista, o canal Tropa do Flávio não foi incomodado e, na prática, ganhou uma espécie de pausa para hidratação durante a seca de dois dias imposta à força adversária. Ontem à noite, Marques voltou atrás e liberou o canal.

O histórico de Marques no TSE indica a possibilidade de risco sério de comprometimento do processo eleitoral — é preciso que, daqui até lá, o Ministério Público Eleitoral solicite, e a Justiça conceda, medidas garantir o equilíbrio da disputa.

EDITORIAL

Valorizar o professor melhora a educação

A educação é frequentemente apontada como o principal caminho para o desenvolvimento de uma nação. No entanto, essa convicção perde força quando o próprio país negligencia aqueles que têm a missão de formar as novas gerações. A falta de políticas públicas consistentes para a carreira docente, somada à desvalorização dos cursos de Pedagogia e das licenciaturas, revela uma contradição preocupante: cobra-se qualidade do ensino, mas não se oferecem condições adequadas para atrair e manter profissionais nas salas de aula.

A cada ano, a carreira do magistério parece menos atraente para os jovens que precisam escolher uma profissão. Salários pouco competitivos, jornadas exaustivas, condições precárias de trabalho e perspectivas limitadas de crescimento profissional compõem um cenário que afasta talentos. Em um mercado no qual outras áreas oferecem melhores possibilidades de remuneração e ascensão, optar pela docência tornou-se, para muitos, uma decisão que exige abrir mão de expectativas legítimas de estabilidade financeira e reconhecimento social.

O problema começa na formação. Os cursos de Pedagogia e as demais licenciaturas são essenciais para preparar educadores capazes de enfrentar os desafios de uma sociedade em constante transformação. Entretanto, a importância estratégica dessas graduações não encontra correspondência na valorização oferecida aos futuros profissionais. Quando o estudante percebe que anos de dedicação acadêmica podem resultar em baixos salários, vínculos precários e pouca segurança para construir uma vida digna, a escolha pelo magistério perde espaço.

Não basta, portanto, defender a educação em discursos oficiais ou anunciar investimentos pontuais. É necessário estabelecer uma política de Estado que assegure remuneração compatível com a responsabilidade da função, planos de carreira atraentes, formação continuada, infraestrutura adequada e condições de trabalho que preservem a saúde física e mental dos docentes. Também é fundamental garantir o cumprimento dos direitos profissionais e criar mecanismos que permitam ao professor evoluir na carreira sem abandonar a sala de aula.

Ignorar esse quadro significa comprometer o futuro do país. A escassez de professores qualificados, quando ocorre, não é um fenômeno isolado, mas consequência de escolhas políticas que relegam a educação a uma posição secundária. Sem educadores valorizados, dificilmente haverá ensino de qualidade, redução das desigualdades ou desenvolvimento sustentável.

Valorizar o professor não deve ser tratado como despesa, concessão ou favor de governos. Trata-se de um investimento indispensável. Se o Brasil deseja que os jovens voltem a enxergar no magistério uma profissão capaz de oferecer realização pessoal, respeito e segurança financeira, precisa transformar o discurso em compromisso concreto. Afinal, nenhuma nação pode aspirar a um futuro melhor enquanto torna cada vez menos promissor o trabalho daqueles que ajudam a construí-lo.

Correio da Manhã

FUNDADO EM 15 DE JUNHO DE 1901

Edmundo Bittencourt (1901-1929) | Paulo Bittencourt (1929-1963) | Niomar Moniz Sodré Bittencourt (1963-1969)

www.cm.com.br

Publisher

CLÁUDIO MAGNAVITA

redacao@correiodamanha.com.br

REDAÇÃO

Affonso Nunes (editor #cm 2) Gabriela Gallo, Ive Ribeiro, Marcelo Perillier, Pedro Sobreiro, Rudolfo Lago (editor), William França e Rafael Lima (Coordenador editorial)

Serviço noticioso: Folhapress e Agência Brasil

EDITORIA DE ARTE

Coordenação: José Adilson Nunes (projeto gráfico); Diagramação: Anderson Sá, Ricardo Gomes (projeto gráfico) e Thiago Ladeira - Marcos Lima (Gestor de TI)

TELEFONES

(21) 2042 2955 Whatsapp: (21) 97948-0452 | (11) 3042 2009 | (61) 4042-7872

RIO DE JANEIRO

Av. João Cabral de Mello Neto 850 Bloco 2 Conj. 520 Rio de Janeiro - RJ CEP 22775-057

BRASÍLIA

ST SIBS Quadra 2 conjunto B Lt 10 - Nucleo Bandeirantes Brasília - DF CEP 71736-202

SÃO PAULO

Av. Francisco Matarazzo, 1752, sala 2317, Água Branca - São Paulo-SP, - CEP 05001-200 Campinas: Avenida Aquidabã, 766, Sala 51, Centro - Campinas-SP, CEP 13026-510

Os artigos publicados são de exclusiva responsabilidade dos autores e não necessariamente refletem a opinião da direção do jornal